



O RIO PARNAÍBA COMO LINHA DE FORÇA NO SISTEMA DE PARQUES AMBIENTAIS EM TERESINA-PI

Karenina Cardoso Matos (1); Sonia Afonso (2)

(1) Professora da Universidade Federal do Piauí- UFPI; Coordenadora do Laboratório Urbano da Paisagem- LUPA; Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Santa Catarina-

PósArq/UFSC; kareninamatos@yahoo.com.br;

(2) Professora do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina- PósArq/UFSC; soniaa@ufsc.br

RESUMO

A investigação identificou a importância dos parques ambientais para Teresina a partir de análises realizadas na margem do rio Parnaíba. Esse rio foi identificado na paisagem de Teresina como marco simbólico e estrutural da paisagem. Tomou-se como ponto de partida o conceito de linha de força. Também foi utilizado o conceito de força de atração que estabelece relações de atração e repulsão entre elementos naturais, construídos e simbólicos presentes nesse cenário (como as lagoas, as olarias, o cais, as pontes, o aqueduto, as edificações históricas, as ocupações em áreas de riscos, o comércio, e as inundações). Para análise, fez-se uso do mapeamento dos parques ambientais atuais e de estratégias para leitura da paisagem: a paisagem revelada e a paisagem oculta. Assim, considerando os resultados da análise percebe-se a riqueza paisagística de diferentes atividades e usos e sua relevância em ser considerado um elemento importante nas decisões urbanísticas no plano diretor da cidade. Entretanto, a leitura indica que os cenários não valorizam o rio Parnaíba como elemento de planejamento urbano ou paisagístico, porém, é percebido como elemento isolado, as vezes como fator atraente (olarias, parques ambientais e hortas comunitárias) outras vezes como fator de repulsão (inundação e poluição) e nem os parques ambientais ribeirinhos são utilizados na sua plenitude de funções ambientais, simbólicas, urbanísticas e paisagísticas em Teresina.

Palavras-chave: Parque ambiental; Rio Parnaíba; Teresina.

ABSTRACT

Research has identified the importance of environmental parks for Teresina city from analyzes performed on the banks of the Parnaíba River. This river has been identified in the landscape of Teresina as a symbolic and structural framework. It was taken at first, as a concept of a power



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



line. It was also used as a concept of attractive force that establishes relationships of attraction and repulsion between natural elements, constructed and symbolic gifts in this scenario (such as ponds, potteries, the pier, the bridges, the aqueduct, the historical buildings, the employments in risk areas, trade, and floods). For analysis, mapping of current environmental parks and strategies for landscape reading were used: both the revealed landscape and the hidden landscape. Thus, considering the test results we see the rich landscape of different activities and uses and their relevance to be considered as important elements in urban planning decisions for the master plan of the city. Indeed, the reading indicates that these scenarios do not take into consideration the Parnaíba river as an urban and landscape planning element, however, it is perceived as an isolated element, sometimes as an attractive factor (potteries, environmental parks and community gardens) sometimes as repulsion factor (flooding and pollution) and neither are the riparian environmental parks being used to their fullest environmental, symbolic, urban and landscape potential in Teresina.

Key-words: *environmental park; Parnaíba River; Teresina*

1 INTRODUÇÃO

Das nove capitais do nordeste do Brasil, oito estão no litoral. Teresina é a única capital não litorânea, longe quase 400 km do oceano Atlântico. Teresina é, portanto, um caso singular. Os rios Parnaíba e Poti foram fontes decisivas para sua localização e desenvolvimento. A natureza se fez notar na escolha do sítio escolhido. E o rio Parnaíba particularmente teve essa função (CHAVES, 1998).

Apesar da cidade crescer perto do rio Parnaíba, durante os 50 primeiros anos o uso do rio e sua margem estavam restritos para as relações comerciais. Os usos sociais, de lazer, ou religiosos eram realizados nas praças. Na mesma década, com a proximidade do rio Poti e com a ampliação da infraestrutura viária, a margem do rio Parnaíba deixa de ser predominante para atender as relações de comércio de importações e exportações interestaduais e passa a representar o comércio local. O rio Poti, por ser um rio mais urbano, e por não ter até os anos 70 a infraestrutura para sua ocupação, e por ainda os rios estarem associados às inundações do rio Parnaíba, tarda sua ocupação causando um esquecimento e desvalorização dos rios, onde a população passa a dar as costas.

Na década de 90, tendo em vista a indiferença em relação aos rios, surge o desenvolvimento habitacional desordenado causando prejuízos ambientais, sociais, urbanos, deixando os rios e suas



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



margens mal cuidados, sujos, renegados pela população. Assim, os rios passam a ser um elemento urbano oneroso e de difícil convivência e não mais um aliado urbano (MATOS; 2004).

A partir dos anos 90 (século XX), com uma mudança de paradigmas, como novas leis e instrumentos urbanísticos, se intensificou o olhar para as áreas verdes, inclusive para as margens de rios urbanos. Nesse cenário, a cidade de Teresina- PI passou a considerar as margens dos rios Poti e Parnaíba como Área de Preservação Permanente- APP e Zonas de Preservação, esta última através da Lei Municipal n°. 1939/88 atualizada pela lei n°. 3.563/06, que regulamenta o uso de parques ambientais e hortas comunitárias, em quase sua totalidade (TERESINA, 1988; TERESINA, 2006).

A criação dos parques ambientais na década de 90 foi a solução encontrada pelo poder público para oferecer à população um ambiente mais puro e espaços alternativos para o lazer, mas hoje se percebe que os usos, sem a integração com outras partes e infraestrutura da cidade e sem aproveitar as reais necessidades da população, são incapazes de acompanhar a dinâmica urbana das cidades (MATOS, 2004).

Assim, o objetivo da pesquisa foi ressaltar a importância do rio Parnaíba como elemento importante nas diretrizes urbanas e na imagem da cidade a partir da valorização e vitalidade das suas margens-parques ambientais.

2 METODOLOGIA

Fez-se uma análise das relações entre a cidade de Teresina e o rio Parnaíba, tendo como base o rio como linha de força na paisagem de modo a identificar as potencialidades e as alternativas para um desenvolvimento urbano sustentável, a partir do seu uso adequado. Observando-se também, que este mesmo rio serve como força de atração da paisagem em estudo. Para tanto, partiu-se de um recorte espacial, restringida a uma faixa ribeirinha que passa pelas zonas Sul ,Centro e Norte

O primeiro eixo conceitual é a linha de força- um instrumento para se fazer a leitura do traçado da cidade. Parte-se da premissa de que toda cidade forma uma unidade paisagística e que essa unidade é dada por uma referência simbólica (CULLEN, 2004). Essa referência simbólica é a linha de força, isto é, um elemento da paisagem que se destaca dos demais e forma em torno de si uma unidade. O segundo conceito, força de atração, pretende-se estudar o poder magnético dos elementos da paisagem enquanto força simbólica, que quando valorizados, podem atrair outros elementos da paisagem e com intensa imageabilidade (LYNCH,1999).

3 CONTEXTUALIZANDO TERESINA COM SEUS RIOS



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Durante esses 164 anos a cidade de Teresina mantém momentos de harmonia e de desenvolvimento com os rios Poti e Parnaíba. Em alguns momentos aproximando-se de um rio e distanciando-se do outro, principalmente por razões dos acontecimentos naturais como as inundações ou atraídos por investimento públicos ou particulares como construções de avenidas, pontes, diques, centros comerciais, fatos que contribuem para essa relação da cidade com o rio e com seus habitantes.

A zona Norte é a parte da cidade que mais tem relação com as águas, principalmente pela presença dos rios e lagoas. Por muitos anos essa zona foi esquecida pelo poder público. Hoje há uma atenção especial do poder público e da própria população que está descobrindo cada vez mais as potencialidades dessa região, e por isso criando políticas de reurbanização a partir principalmente do projeto Lagoas do Norte. Ainda que seja a zona que mais sofre com os rios e lagoas, é a zona que mais aproveita as potencialidades dos rios em termos de subsistência e turismo. Algumas intervenções foram feitas ao longo dos anos como: dique do Mocambinho e da Boa Esperança, parque Encontro dos Rios, pontes Mariano Gayoso e Leonel Brizola, centro de artesanato dos ceramistas, mas faz falta um planejamento sistemático com os rios.

Na zona Centro a relação com o rio não é mais a mesma, pois foi alterada a forma de comunicação e transporte, bem como algumas mudanças de funções existentes anteriormente para outras áreas da cidade. Mas, por outro lado novas intervenções são feitas na frente dos rios como: shopping do cidadão e o metrô elevado. Essas novas obras são barreiras visuais que contribuem para a perda da relação que o rio Parnaíba teve com a história da cidade.

Em síntese, nas regiões próximas do rio Parnaíba- zonas Norte, Centro e Sul- destacam-se os seguintes problemas: a) a falta de legibilidade da paisagem da água; b) o descaso com a paisagem natural resultando na degradação ambiental; c) ausência de um sistema de controle e prevenção para reduzir os efeitos das calamidades naturais como as inundações; d) as regiões carecem de espaços livres e públicos adequados para o lazer e para a convivência informal no centro; f) a falta de condicionantes de sustentabilidade ambiental, econômica e social nos cenários, g) o descaso com a preservação do patrimônio histórico e cultural; h) falta de ícones; e i) falta de melhores transportes públicos, pontes, passarelas e ciclovias.

Mesmo com esses cenários, a cidade vai se aproximando de suas relações com o rio, haja vista a nova paisagem de Teresina conforme a investigação feita nesse estudo. Entretanto, é necessário que o poder público direcione os rios como ferramentas urbana e simbólica de forma a funcionar como indicador no direcionamento do planejamento da cidade e que seja tratado de forma sistemática



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



como elemento urbano e não como uma peça isolada do restante da cidade, caso frequente em Teresina.

4 O RIO PARNAÍBA COMO LINHA DE FORÇA NO SISTEMA DE PARQUES AMBIENTAIS EM TERESINA

Durante esses 164 anos foram realizadas poucas ou pequenas iniciativas em Teresina com o objetivo de proporcionar alternativas de convivência entre os elementos naturais, construídos e simbólicos com os habitantes da cidade. A maioria das intervenções são criações de parques ambientais nas margens de rio com uma função mais de preservação ambiental do que de lazer ou como elemento de renovação urbana. Esse fato talvez fique justificado pelo Código Florestal Brasileiro (2012), que é a principal lei federal reguladora das margens de rios no Brasil onde as margens de rios são consideradas como APP- Área de Preservação Permanente.

No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

No caso de Teresina, como os rios estão em áreas urbanas, as leis de uso e ocupação do solo, patrimônio ambiental e os planos diretores definem tal função (TERESINA, 2006). Inclusive, com esta autonomia, a prefeitura de Teresina segue a resolução do CONAMA Nº 369, de 28 de março de 2006, aprovando em casos excepcionais e de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, as intervenções em áreas verdes de preservação permanente (8º, no parágrafo 1º e 2º, inciso III), alguns usos: 1) considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização, 2) o projeto técnico que deverá ser objeto de aprovação pela autoridade ambiental competente, poderá incluir a implantação de equipamentos públicos, tais como: a) trilhas ecoturísticas; b) ciclovias; c) pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares; d) acesso e travessia aos corpos de água; e) mirantes; f) equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte; g) bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos; e h) rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros. (BRASIL, 2006).

Com essas limitações nos usos, os cenários apresentam diferentes características pelo que se faz necessário descortiná-las e potencializá-las incorporando a natureza da cidade, não só em seu



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



aspecto ambiental, mas também como um elemento estratégico paisagístico, urbano, simbólico e de lazer.

Os parques são basicamente de responsabilidade do poder municipal, porque as ideias do projeto e a manutenção dos mesmos são de sua responsabilidade. Porém, a população também é responsável pela sua manutenção, pois são elas que usam estes lugares e assim deveriam valorizá-los.

Para demonstrar estas formas de contato, o percurso estudado corresponde a paisagem do rio Parnaíba acompanhando as avenidas Maranhão e Boa Esperança, percorrendo as zonas Sul, Centro e Norte.

4.1 Rio Parnaíba e seus parques ambientais

O rio Parnaíba percorre Teresina passando por três zonas da cidade: Sul, Centro e Norte. As avenidas Maranhão e Boa Esperança são as avenidas que percorrem toda a extensão do rio Parnaíba como se fora uma única via. Além do eixo que acompanha a margem do rio, esta margem contempla três parques ambientais e duas hortas comunitárias. Apesar de tudo, este cenário apresenta poucas formas de contato com a água e com outros espaços livres. As intervenções em suas margens são pontuais e geralmente atendem as necessidades imediatas e não em longo prazo, como deveriam ser (Figura 1).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA

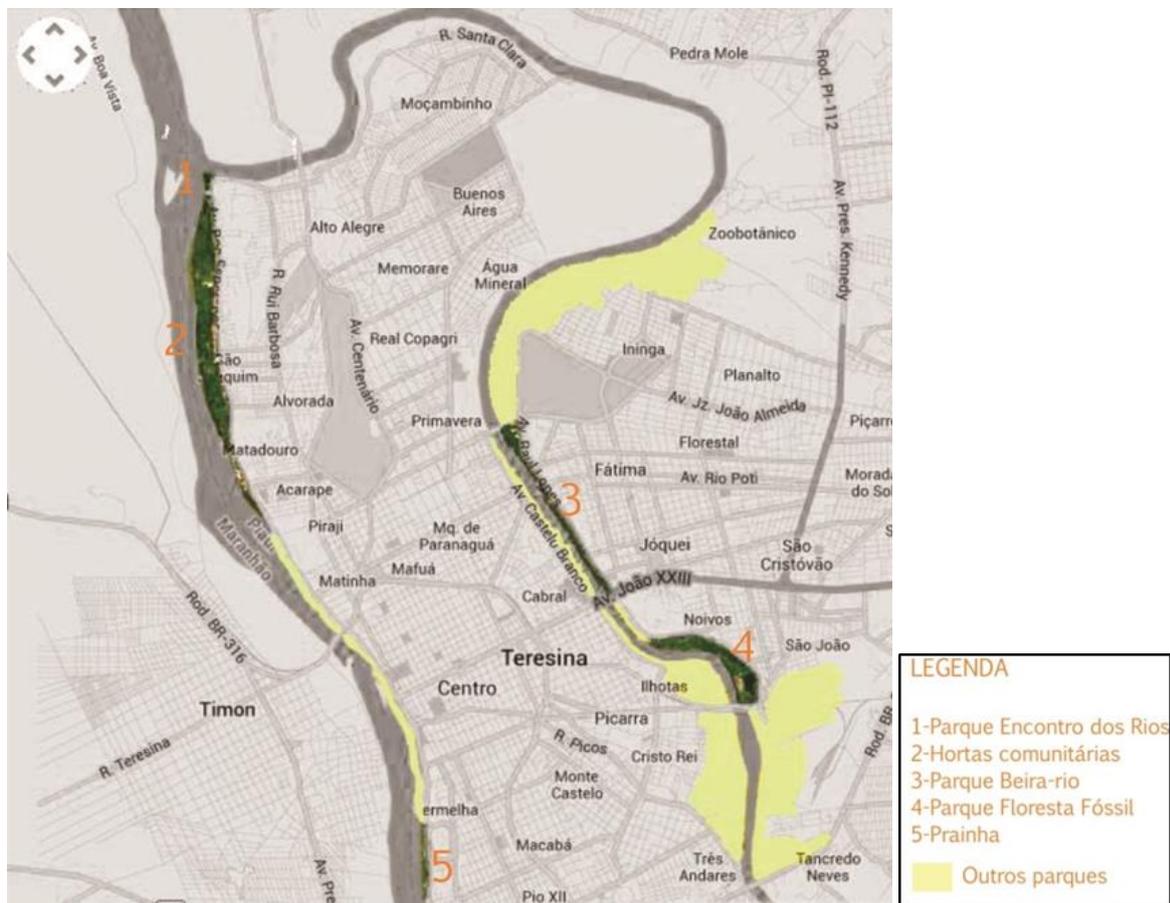


Imagem 1: Parques ambientais de Teresina./ Fonte: MATOS et all, 2014

4.1.1 A avenida Maranhão e seus parques ambientais ribeirinhos

A avenida Maranhão tem uma relação histórica e econômica ainda muito intensa com a cidade, pois passa em frente ao centro histórico de Teresina, sítio que durante muito tempo representou o poder político, administrativo, religioso e onde ocorriam as relações comerciais. O rio Parnaíba já não tem esse papel de principal elemento de transporte e comunicação para a área; o Centro mantém a mesma função comercial, mas em proporções diferentes.

Atualmente, a paisagem da margem do rio Parnaíba se mantém sem grandes alterações. Os parques estão esquecidos e em desuso, os passeios deteriorados, há ausência de mobiliário urbano e de caminhos de acesso ao rio. A maioria das edificações nessa avenida tem um uso comercial e o máximo de dois pavimentos, salvo algumas exceções como as edificações públicas administrativas e da zona industrial.

Nesse percurso algumas construções públicas como a CEPISA (Companhia Energética do Piauí), o Centro Administrativo e a praça Da Costa e Silva, foram construídas em um momento onde se tentou



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



expandir e valorizar a zona sul, e aproveitar a paisagem do rio Parnaíba como elemento cultural da cidade (Figura 2). Hoje esta valorização tem mudado, o rio não é um elemento de atração como em anos anteriores.

Há dois parques na margem do rio Parnaíba: parque ambiental da Prainha e parque ambiental do Acarape. Os dois foram criados para proteger suas margens, mas também para promover algumas atividades de lazer.



Figura 2: Praça Da Costa e Silva (década de 70), a CEPISA, a avenida Maranhão e o rio Parnaíba./Fonte: Fundação Cultural Monsenhor Chaves

Devido aos constantes montes de areias no leito do rio, os moradores do entorno do parque da Prainha começam a utilizá-lo como área de lazer, especialmente para tomar sol e banhar-se, funcionando como uma praia. Devido ao grande potencial de uso, em 1997 se criou o parque ambiental Parnaíba I (Figura 3). Com a construção do parque, os bares que antes estavam nas suas margens, foram retirados e foi proibido qualquer outro tipo de construção. Apesar dessa nova nomeação do parque, todos ainda o conhece como parque da Prainha.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 3. Bares onde correspondeu ao Parque da Prainha, hoje denominado Parque Ambiental rio Parnaíba I./Fonte: Grupo Claudino, 2002

Durante alguns anos, o contato com a água foi muito ativo. O parque facilitava esse contato aproveitando a topografia do terreno. As zonas sombreadas e os lugares para os jogos e o descanso possibilitaram novos usos e a contemplação do rio. Seu projeto era simples e seu objetivo principal era a preservação, pois o Código Brasileiro e a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA não permitem a construção nas margens de rios.

O entorno predominante de serviço público/administrativo e de alguns terrenos vazios com pouca permeabilidade com outras vias e espaços livres trouxe a insegurança nos parques e, conseqüentemente, o abandono do rio. Hoje a realidade do parque é outra. Está em desuso, não há mobiliário urbano e a flora carece de melhores cuidados (Figura 4).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 4: Vista aérea de relação rio Parnaíba com o Centro Administrativo e seu entorno na zona Sul. /Fonte: MENESES, 2005

O lugar está em uma zona privilegiada e em uma área carente de espaços públicos de lazer. O poder público deve recuperar o parque dando um novo uso as suas margens, melhorando o paisagismo, a sinalização, o mobiliário, por exemplo. Além disso, é necessário que criem novas alternativas de tráfego que minimizem a velocidade dos veículos na avenida Maranhão e novos eixos para pedestres integrando-os melhor com o bairro e com outros espaços livres do entorno.

Entre o parque da Prainha e do Acarape só há um trecho, que correspondeu ao primeiro trecho da avenida Maranhão, que não é considerado como parque. Antes esse trecho foi o antigo “porto de passagem”, o conhecido cais (CHAVES, 1988). Atualmente é pouco utilizado para tal finalidade, mas na metade do século XX houve mudanças em relação às trocas comerciais e surgiram outras atividades, como as mulheres que lavavam roupa na margem do rio como meio de sobrevivência. Hoje ainda serve como pequeno cais, pequenas embarcações que levam os passageiros de Timon (MA), do outro lado do rio Parnaíba para Teresina.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Recentemente foram realizadas duas novas intervenções que contribuem para o distanciamento do Centro com a cidade com o rio Parnaíba: a linha do metrô elevada e o Shopping do Cidadão, que são obstáculos físicos e sem nenhuma relação com o entorno (Figuras 5 e 6). Ou seja, nesse caso o tráfego viário e a retirada do comércio informal das ruas prejudicaram o contato físico e visual do rio com a cidade. Em nenhum momento se buscou uma integração. Idealizou-se o projeto sem ter em conta a paisagem, deixando-o como pano de fundo nas propostas urbanas.



Figuras 5 e 6: Passeio na margem do rio Parnaíba. Linha elevada do metrô (obstáculo) . / Fonte: Karenina Matos, 2016.

O segundo parque, o Acarape, inicia na ponte metálica e vai até o início da avenida Boa Esperança. Pelo fato de estar perto de uma área residencial e de algumas construções importantes como o late Club, a Polícia Federal e a Universidade Estadual do Piauí, em seu projeto haviam espaços destinados ao lazer e passeios para caminhadas. Porém, por falta de segurança e a falta de atenção do poder público em manter o parque cuidado, atualmente seus habitantes pouco os usam. Não há acesso ao rio, o mobiliário urbano está deteriorado e a vegetação dificulta a vista para a paisagem do rio.

Nesse parque há um fato grave e recente que prejudica o uso e a imagem do rio e que provoca sua contaminação: a atividade informal de lavadores de carros. Os lavadores utilizam o passeio do parque e uma via da avenida Maranhão para realizar tal atividade. É uma atividade irregular, mas o poder público, em 2009, sem se preocupar pelo espaço público, autoriza esta atividade propondo algumas soluções que não contaminem o rio. Essa decisão ressalta, uma vez mais, a visão pontual e a indiferença do poder público com o rio como elemento físico, urbano e paisagismo de Teresina (Figuras 7 e 8).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figuras 7 e 8: Usos irregulares nas margens do rio Parnaíba e o descaso do parque Acarape./Fonte: Karenina Matos, 2016

4.1.2 A avenida Boa Esperança e seus parques ambientais ribeirinhos

A avenida Boa esperança é o prolongamento da avenida Maranhão. Percorre a zona Norte, desde o final do parque Acarape até o parque Encontro dos Rios. É uma das principais avenidas do bairro e muito transitada, sobretudo por bicicletas. O movimento de carros e ônibus também são intensos. A diferença da avenida Maranhão, se trata de uma avenida estreita e de sentido duplo e o pior é que não tem calçadas.

Esta avenida se caracteriza por um elemento protetor (é um dique) e de comunicação da zona Norte. Na margem está muito presente o cultivo de hortas comunitárias e algumas ocupações irregulares. A diferença do que ocorreu na avenida Maranhão, este trecho foi ocupado indevidamente por casas simples na margem do rio e de lagoas. Além da própria ocupação irregular pela população, em um trecho há um conjunto habitacional construído pela Prefeitura (Figuras 9 e 10). Portanto, se dificulta a mirada e o acesso ao rio e impossibilita o uso público da zona, que é um patrimônio da União.

De toda cidade, a zona Norte, e em particular a zona correspondente à avenida Boa Esperança, é a mais prejudicada pelas inundações. Há um complexo de lagoas, elementos pouco aproveitados hoje em dia pelo poder público e considerado como um obstáculo urbano na paisagem dessa zona.

Só há um parque nesse trecho, o Encontro dos Rios, e duas grandes hortas comunitárias. Os dois têm as funções de subsistência e de proteção das margens das ocupações irregulares.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figuras 9 e 10: Restaurante “ O Flutuante”, nas águas do Rio Poti, com acesso pelo Parque Ambiental Encontro dos Rios.

Ocupação irregular dentro da Lagoa dos Oleiros./ Fonte: Karenina Matos, 2015

O parque Encontro dos Rios é o mais visitado da cidade por ter uma das paisagens mais bonitas, pela confluência dos dois rios e pelo restaurante de comidas típicas no seu entorno. O encontro dos rios Poti e Parnaíba, e o tradicional restaurante flutuante atraem turistas ao parque e aqueles que querem realizar um passeio em pequenas embarcações.

Os caminhos já existentes e a topografia direcionam o trajeto do parque. Pelo fato de estar localizado em dois dos principais pontos turísticos da cidade e perto da zona de cerâmicas, se construíram algumas estruturas básicas para receber o turista, como: o centro de apoio turístico e cinco quiosques para a venda de artesanato.

Portanto, este trecho que corresponde a avenida Boa Esperança está muito vinculado a atividade de subsistência e ao turismo; por isso a prefeitura de Teresina, juntamente com a investimentos do Banco Mundial, iniciou a implantação do projeto chamado Lagoas do Norte, onde toda a área das margens será urbanizada e esta zona da cidade no futuro será considerada uma zona importante para o lazer e o turismo, atualmente insuficientes na cidade.

CONCLUSÕES

Por fim, considerando todo o contexto da paisagem das águas, três aspectos devem ser enfatizados de modo a promover o desenvolvimento econômico e social da área: (a) dar legibilidade à paisagem dos rios, (b) oferecer proteção às áreas ribeirinhas contra enchentes e (c) planejar uma malha urbana integrada e equilibrada, articulando todos os cenários. Para tais promoções sugere-se a criação de:



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



(a1) passeios rodoviários e fluvial; (b1) a ampliação do dique, (b2) a ampliação do sistema de drenagem e (b3) a promoção da ocupação sustentável das áreas de risco.

Deve-se considerar, também, a linha de força como elemento referencial da paisagem. Para o planejamento deve-se integrar adequadamente os elementos naturais, construídos e simbólicos, considerando sempre a força de atração entre esses elementos. E isto deve ser feito sempre com muito cuidado, pois toda intervenção é modificadora, e, uma vez materializada no espaço, tem um certo poder de permanência.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acesso em: 01. maio. 2016.
- CHAVES, Monsenhor. Obras completas. **Teresina**: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- GRUPO CLAUDINO. TERESINA. Gráfica Halley. 2002
- CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana: tratado de estética urbanística. Editora Blume. 6ª. Edição, 2004.
- LYNCH, Kelvin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MATOS, Karenina Cardoso et all. Os parques ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público. In Paisagem e Ambiente: ensaios. Universidade de São Paulo. N 33, 2014.
- MATOS, Karenina Cardoso. A paisagem das águas: a percepção dos usuários como subsídios para elaboração de diretrizes urbanísticas para as margens dos rios Poti e Parnaíba e seu entorno (Teresina-PI). 2004, p. 159. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN, Natal, 2004.
- MENESES, Robert Silva de. Teresina vista do céu. Ed. Halley S.A, Teresina, 2005
- TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Legislação urbana de Teresina. LEI Nº 1942 DE 16 DE AGOSTO DE 1988. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no território do município de Teresina. Teresina, 1988.
- TERESINA. Lei Complementar nº 3.563, de 20 de outubro de 2006. Lei de preservação ambiental. Cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção a bens de valor cultural e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Poder Executivo, Teresina, PI, 20 de outubro de 2006. Teresina, 2006.

